

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Toma lá...

Com o pacote fiscal na roda, os parlamentares topam reduzir as emendas de comissão incluídas na proposta aprovada pela Câmara dos Deputados esta semana. Mas não aceitam abrir mão dos recursos que essas emendas representam. OU seja, querem tudo fora do corte de gastos.

## ... dá cá

A proposta em discussão pelas excelências, inclusive muitos que compõem o grupo que apoia Hugo Motta para suceder Arthur Lira no comando da Casa, é transferir o valor dessas sugestões orçamentárias das comissões técnicas da Câmara e do Senado para as emendas individuais impositivas. Nesse sentido, o governo prefere até as emendas de comissão.

## Enquanto isso, na sala da Justiça...

Ninguém move um músculo no sentido de levantar a suspensão das emendas até que tudo esteja no papel e aprovado. Isso inclui a proposta de transparência para o futuro e as listas, do presente e do passado, dos padrinhos mágicos do orçamento secreto.

## Segurança nacional

A organização internacional do P20 pediu restrições de acesso à Esplanada por medo de algum ataque. Os deputados acharam um exagero, mas, diante de um mundo incerto, todo o cuidado é pouco. "Imagine parlamentares dos 20 maiores países do mundo sofrendo um ataque aqui?", contou um deputado à coluna. A Polícia Militar do Distrito Federal confirmou que a Alameda dos Estados está fechada e somente autoridades tem acesso à via.

## Militares e civis na cobrança

Palestrante na II Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, em Belém, o Comandante Militar da Amazônia, general Costa Neves, aproveitou o evento para atestar a "não existência de uma política nacional para a Amazônia" e dizer que a "anomalia estatal" na região, com muitos espaços e dificuldade de presença do Estado, facilita a cooptação pelo crime organizado. "Há um ecossistema do crime", afirmou. A um ano da COP30, o general relata a apreensão de quatro toneladas de pasta base de cocaína, uma tonelada e meia de skank, 200 quilos de mercúrio e mais 110 mil toneladas de cassiterita, além de 200 dragas de garimpos retiradas de circulação.

Os números, que deixaram boquiabertos muitos dos ambientalistas. E, se até os militares consideram que a política para a Amazônia não está clara, a proximidade da COP30 é um bom momento para que todos se agarrem neste serviço, a fim de chegar lá com o dever de casa feito.



## CURTIDAS

**COP30 é agora.../** A um ano da COP de Belém, quem dá o apito de largada é a ex-ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira (Foto), que hoje integra o Conselho das Nações Unidas para o clima. Ao homenagear o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, que promove a II Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, ela foi direta: "O que Jungmann fez aqui foi um movimento ousado e importante. A COP30 já começou, os minerais estratégicos estão envolvidos. O Kerry inclusive tomou nota, algo raro nesses encontros", disse, referindo-se às anotações que John Kerry fez durante sua palestra magna.

**... e Kerry registrou/** Ex-senador e ex-assessor especial para o clima do presidente Joe Biden, Kerry anotou e repetiu o nome da empresa que desenvolve tecnologia para carregamento rápido de baterias. "O Brasil está se colocando nessa tecnologia e o mundo está tomando nota sobre o Brasil. Não podemos deixar passar esta oportunidade", diz a ex-ministra.

**Protesto em vão/** Somente um seleto grupo de parlamentares pode participar da 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlaentos do G20 (P20). Houve deputado que quis protestar por acreditar que não poderia entrar nas sessões. O deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP) explica que "não é que não podia entrar, um parlamentar chegando ali ninguém impediria ele". A questão, de acordo com o deputado, seria mais sobre ter um lugar para se sentar devido ao tamanho das delegações participantes.

## Gente nova na Secom/

(FOTO) O jornalista e consultor Fabrício Lazzarini Carbonel é o novo secretário de Comunicação Social da Presidência da República (Secom-PR). Com 15 anos de experiência em comunicação política, Carbonel assume a função no lugar de Mariana Seixas, exonerada a pedido. Ele vinha exercendo o cargo de Diretor de Mídia e Patrocínio da Secom/Presidência da República. A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (07).

Secom/PR/Divulgação



## GOVERNO

## Renan Filho é contra superagência

Em evento que celebrou a Lei das Concessões, ministro criticou a ideia de um órgão para fiscalizar todas as agências

» RAFAELA GONÇALVES

O ministro dos Transportes, Renan Filho, admitiu, ontem, ser contra as mudanças na lei das agências reguladoras, que vêm sendo articuladas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A discussão ocorre em um contexto de cobranças à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), após o apagão que atingiu São Paulo, em outubro.

"Alteração das leis das agências não conta com apoio de todos no governo. Eu não gosto do termo superagência para regular todas as agências. Como uma superagência vai definir a política pública?", indagou, em evento que comemorou os 30 anos da Lei de Concessões, promovido pelo MoveInfra. Segundo o ministro, um órgão supervisor para as agências lembra a tentativa "de tentar colocar todos os problemas do Brasil a cargo do posto Ipiranga", fazendo alusão ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Entre as tratativas do governo está a criação de um órgão supervisor de todas as agências, que vem sendo chamado de superagência.

As agências reguladoras são autarquias de regime especial que controlam, fiscalizam e regulamentam a execução de serviços públicos que foram transferidos para o setor privado. Com a crise gerada pela Enel na capital paulista, o governo viu uma oportunidade de ampliar o controle sobre os órgãos.

O embate, no entanto, é antigo. Na avaliação de Lula, o formato não funciona, pois limita a influência do presidente eleito. Em agosto, durante uma reunião ministerial, o chefe do Executivo já havia criticado o que

considerava a captura das agências por interesses privados durante o governo Jair Bolsonaro.

O petista já comprou uma briga com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), alegando demora na aprovação de medicamentos. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, também vem de um embate de longa data com a diretoria da Aneel. Ele é um dos principais defensores da mudança. Em outubro, ao criticar a agência de energia, Silveira afirmou que "ficou arcaico o modelo de criação das agências reguladoras" e defendeu uma reforma para modernizar a Lei Geral das Agências.

## PEC

No Legislativo, o deputado Danilo Forte (União-CE) apresentou nesta semana uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que aumenta o poder de fiscalização da Câmara sobre as agências reguladoras por meio das comissões temáticas. Ele negou que tenha havido diálogo com o governo sobre o assunto e lembrou que o tema já é discutido no legislativo há dois anos.

"Nós aperfeiçoamos um projeto que foi discutido há dois anos. As agências não são órgãos de governo. Do ponto de vista do aspecto fiscalizatório, não existe nenhum órgão superior que fiscalize as agências reguladoras", disse o parlamentar em coletiva de imprensa.

Com o caso de São Paulo, o parlamentar afirmou que faltam instrumentos jurídicos para convocar a diretoria das agências a prestarem esclarecimentos no Congresso. "A Câmara dos Deputados é a casa do povo. Esse seria o espaço adequado para fiscalizar o funcionamento dessas agências", afirmou.

Lula Marques/ Agência Brasil



O ministro dos Transportes, Renan Filho, disse ser contrário a mudanças nas regras das agências



**Alteração das leis das agências não conta com apoio de todos no governo. Eu não gosto do termo superagência para regular todas as agências. Como uma superagência vai definir a política pública?"**

Renan Filho, ministro dos Transportes

## Redução de benefícios como alternativa

Em meio às discussões do governo sobre corte de gastos, o ministro dos Transportes afirmou que debateu com o TCU a possibilidade de aplicar uma redução de 10% em benefícios fiscais para os setores econômicos. "Nessa hora de cortar gastos, todo mundo está mirando o corte de gastos sociais. Mas tem que dar um corte no andar de cima, alguma contribuição. São R\$ 500 bilhões de incentivos fiscais", disse Renan Filho.

Os incentivos fiscais têm por objetivo auxiliar as empresas a permanecerem ativas e competitivas no mercado. Segundo ele, a proposta, prevê uma "redução

equilibrada", ao invés de um corte integral em um único setor.

Renan Filho contou que, quando foi governador de Alagoas aplicou a redução de 10% nos incentivos feitos em seu estado, e funcionou. "Se fizéssemos isso no governo federal certamente teríamos um ajuste fiscal mais inteligente para o país", avaliou.

## Ajuste fiscal

A redução da renúncia fiscal é uma das possibilidades em estudo na equipe econômica para equilibrar as contas públicas. Ao fazer o balanço dos

gastos em 2023, o TCU apontou que o volume de renúncias fiscais e de benefícios financeiros concedidos pelo governo federal no ano passado atingiu R\$ 646,6 bilhões. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, têm mencionado a insatisfação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o elevado volume de subsídios no país.

Segundo o TCU, o tamanho da renúncia corresponde a 5,9% do PIB. Foram R\$ 519 bilhões de benefícios tributários e R\$ 127,6 bilhões de benefícios financeiros e creditícios.

Desde o ano passado, o governo vem tentando diminuir os incentivos fiscais — ou gastos tributários, como os técnicos costumam nominar, mas encontra resistência por parte dos setores e do Congresso Nacional. Um exemplo é o embate ocorrido ao longo de todo o ano passado e este ano, pela fim da desoneração da folha de pagamentos de vários setores econômicos. A questão teve que ser mediada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Outro exemplo é a própria reforma tributária, que buscou eliminar os benefícios. O que não foi possível fazer, graças à lista de exceção. (RG, com colaboração de Edla Lula)